



Alessandra Vasconcelos Valente de Carvalho

A Educação dos Cegos e Deficientes Visuais para o
Trabalho

Rio de Janeiro

2001

Alessandra Vasconcelos Valente de Carvalho

Responsável pela área de Recursos Humanos
Departamento de Recursos Humanos - 2011
Instituto de Educação Superior - Universidade Federal de Pernambuco
Recife - Pernambuco

A Educação dos Cegos e Deficientes Visuais para o Trabalho

Trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal de Pernambuco
em cumprimento das exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Pedagogia

Universidade do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas

Departamento de Fundamentos da Educação

Pós – Graduação Lato – Senso

Curso de Especialização em Educação Especial

Disciplina : Monografia

Nome do Aluno: _____

Reitor : Pietro Novelino

Decano : Maria José Welhing

Chefe de Departamento : Suely B. Thomas

Professora : Liana R. Teresa Ocampo

A Educação dos Cegos e Deficientes Visuais para o Trabalho

Alessandra Vasconcelos Valente de Carvalho

**Monografia apresentada
como trabalho final do
curso de pós-graduação
em Educação Especial
da Universidade do Rio
de Janeiro.**

Professora Orientadora : Liana R. Teresa Ocampo

CARVALHO, Alessandra. A Educação dos cegos e deficientes visuais para o trabalho. Rio de Janeiro : Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Fundamentos da Educação, 2001, 45 p.

Dedicação

Dedico ao meu filho Raphael e ao meu marido Frederico com todo amor do mundo, pois eles são a minha fonte inspiração e prazer.

Amo vocês !

Agradecimentos

Agradeço a minha família e especialmente a minha mãe por todo o apoio e carinho nessa nova caminhada, agradeço a minha orientadora Professora Liana pela paciência e dedicação e as minhas amigas de curso por termos trocados experiências e por tardes gostosas que passamos juntas.

“... em um contexto competitivo, quase toda educação se volta para o desenvolvimento das competências necessárias para o mundo do trabalho... é como cada vez mais a racionalidade ligada áquele se expande para as outras esferas da vida.”

Craschik (1997, p 19)

RESUMO

Este trabalho aborda a necessidade de educar e especializar o deficiente visual e o cego para ser inserido de forma competitiva e real no mercado de trabalho.

Observamos primeiramente as doenças que possam causar a deficiência visual ou a cegueira e ainda os sintomas indicadores de alguns problemas da visão, isto é muito importante pois a detecção rápida desses sintomas poderá ou não evitar o problema na visão.

A educação de um deficiente visual e de um cego começa na estimulação , início de uma batalha trabalhosa, mas muito compensatória quando consegue –se chegar ao seu objetivo educar e prepara-lo para vida.

Os recursos didáticos são necessários para poder diminuir as dificuldades que a deficiência e a sociedade lhe impõe. Os profissionais capacitados e dedicados facilitam o entrosamento desses recursos com o deficiente.

O mercado de trabalho é muito competitivo e exige cada vez mais uma especialização, por isso é preciso que o deficiente tenha uma educação voltada para o mercado , deixando para trás os preconceitos da deficiência e a incapacidade de trabalhar e de uma vida social.

A importância da família nessa caminhada junto do deficiente ajuda a vencer as dificuldades e mostrar a sua capacidade de ser um indivíduo produtivo.

SUMÁRIO

Introdução

1- Para conviver com a cegueira e a deficiência visual

1.1 Alguns problemas de visão

1.1.1 Etiologia

1.1.2 Detecção

2- A educação dos cegos e dos deficientes visuais

2.1 Paradigmas da Educação Especial

2.2 Necessidades específicas

2.2.1 Recursos Didáticos

3- Mundo do Trabalho

3.1 O Mercado

4- Conclusão

Referências bibliográficas

INTRODUÇÃO

Diante do relevante quadro de preocupações com o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, tenho testemunhado enquanto educadora a importância da educação para encaminhá-las para uma vida independente, produtiva no mundo do trabalho e utilização de recursos didáticos para o auxílio do aprendizado da criança cega.

O nascimento de uma criança deficiente pode desencadear uma série de acontecimentos que afetam a criança, a família, os amigos e a comunidade em que vivem. Sentimentos de culpa, vergonha, falta de compreensão e decepções podem destruir a união familiar. Por conseguinte, o processo de crescimento e aquisição de conhecimentos e habilidades da criança podem ser prejudicados pela falta de orientação e por problemas emocionais dos pais.

Na maioria das vezes, pelo fato de terem no âmbito familiar uma criança deficiente, os pais ficam confusos ao lidar com a situação, pois desde antes deles nascerem já nutriam preconceitos e concepções em relação a deficiência.

Os pais descrentes das possibilidades da criança cega, ou incapazes de conter a ansiedade ao verem seu filho experimentando as próprias forças, podem seu desenvolvimento e o reduzem a completa dependência.

Certas restrições são impostas pela própria natureza do seu problema. O mundo do cego limita – se ao comprimento de seu braço e aos sons que ele pode perceber. A criança visualmente prejudicada deve receber estimulação social, pois

esta criança precisa ter mais experiências que a criança dotada de visão, a fim de vencer o isolamento que lhe é imposto pela sua incapacidade. (Canejo, 2000)

A deficiência visual ou a cegueira deve ser diferenciada e encarada quanto ao grau, a idade e quanto aos efeitos colaterais, e depois de avaliado em que caso a pessoa se enquadra , deverá receber o atendimento adequado.

Considero importante este trabalho, porque é necessário mostrar a necessidade da educação para entrar no mercado de trabalho e de recursos que possam facilitar o trabalho do professor com o aluno cego para que ele possa vivenciar fatos concretos do seu dia –a – dia . Os recursos relativos ao material didático devem ser experimentados de maneira constante, visando com isso auxiliar através dessas ferramentas o aprendizado do aluno cego.

A educação do cego ou do deficiente visual se inicia na estimulação. A preocupação de inserir o deficiente visual ou o cego no trabalho deve iniciar –se desde a mais terna idade, sendo feita a inclusão dele na escola e no meio social. Estimular o aluno com deficiência visual através do tato e da audição, auxilia sua capacidade de abstração. É necessária a inclusão do aluno no meio social comum, sem distingui-lo dos demais em função de sua deficiência, pois, somente assim ele conseguirá a inserção realmente satisfatória na sociedade em que vivemos. Enfim, deve utilizar-se todos os recursos visando facilitar sobremaneira o aprendizado do aluno cego, assim como, sua plena socialização e preparo para o trabalho conquistando a sua própria autonomia. Educar é experimentar, depurar e crescer através das experiências.

A inclusão é necessária, mas difícil de ser administrada . Um dos princípios fundamentais das escolas inclusivas é que todos os alunos possam aprender juntos, devendo se adaptar aos diferentes estilos de aprendizagem, necessitando de

currículos adequados, de estratégias pedagógicas e a cooperação entre as comunidades.

Este trabalho aborda a necessidade da educação do cego e do deficiente visual para que eles possam entrar e competir de uma forma justa como qualquer pessoa no mercado de trabalho, e ainda a importância dos recursos didáticos que possam auxiliar na escolaridade e na vida diária.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com levantamentos de dados e artigos de vários autores referentes a educação, recursos didáticos e o mercado de trabalho.

O trabalho se inicia com uma visão sobre as dificuldades de conviver com a cegueira, a seguir destaca-se a importância da educação onde focalizamos os recursos didáticos necessários para o ensino, a preparação profissional e o mercado de trabalho, observando as dificuldades para sua inserção.

1 – Para Conviver com a Cegueira e a Deficiência Visual

O termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõe o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira). Segundo a OMS, o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal é aquele que apresenta diminuição das suas respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou campo visual menor que 10 graus do seu ponto de fixação, mas que usa ou é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e/ou execução de uma tarefa.

A visão desempenha um papel importante na comunicação interpessoal, mas a pessoa cega fica privada de pistas sociais de importância, cabe a essa pessoa buscar facilitadores para a sua vida.

Segundo Lowenfeld (apud, Telford e Sawrey, 1983) a cegueira limita a percepção e a cognição de três modos: quanto à extensão e a variedade de experiências, quanto à capacidade de se locomover e interações com o ambiente. Essas limitações, por sua vez, afetam a autopercepção da criança cega.

Podemos citar a definição pedagógica de cego aquele que recebe a instrução no sistema braille e a de visão subnormal quando recebe a instrução através de tipos ampliados , e/ou recursos médicos.

A definição médica de cego é a ausência total de visão até 6/60 de acuidade visual (melhor olho) ou campo visual inferior a 10%, e a visão subnormal é

quando se tem a acuidade de 6/60 até 18/60 no melhor olho sem correção óptica com campo visual de até 50%.

A deficiência visual se caracteriza pela incapacidade total ou parcial de seus portadores utilizarem o sentido da visão nas atividades normais da vida. Os portadores de deficiência visual são classificados em dois grupos : cegos propriamente ditos e os de visão subnormal.

A pessoa com deficiência visual é um indivíduo normal que não enxerga ou possui visão reduzida. Em função da diminuição das possibilidades de experiências concretas, da dificuldade da realização motora e/ou de um relacionamento familiar e social inadequado, pode apresentar uma defasagem em seu desenvolvimento, geralmente mais acentuada na área motora, quando comparadas a pessoas de visão normal da mesma faixa etária.

Os estímulos físicos são basicamente visuais. A maior defasagem de uma criança cega é a formação de conceitos, pois para ela saber diferenciar um círculo de um quadrado é necessário que ela toque por exemplo identificando um círculo pela ausência de pontas.

A informação recebida através de cada sentido é processada pelo cérebro, comparada e combinada com outras informações sensoriais; depois é codificada e armazenada, como banco de memória das experiências da pessoa. A partir destas experiências cada pessoa constrói os seus conceitos próprios do mundo. Aproximadamente 80% a 85% de toda a informação que recebemos é fornecida através da visão.

A noção popular de que os cegos são dotados de audição, tato, paladar e olfato hiperagudos ou de memória fenomenal é largamente errônea. Os estudos têm mostrado, sistematicamente, que as pessoas de visão normal são iguais ou superiores aos cegos em sua capacidade de identificar a direção ou distância da

fonte de um som, discriminar as intensidades relativas dos tons, reconhecer formas táteis e discriminar entre pressões, temperaturas ou pesos relativos, assim como em sua acuidade de olfato, paladar e do sentido da vibração. De modo semelhante, os cegos não têm exibido superioridade em sua memória mecânica ou lógica. Qualquer superioridade dos cegos nas áreas perceptuais será resultante de uma atenção intensificada para pequenas pistas e do maior uso de tais pistas com fonte de informações e orientação.

As pessoas cegas não usam conceitos abstratos no mesmo grau em que o fazem as pessoas que vêem, mas raciocinam muito mais a nível concreto.

A visão desempenha um papel importante na comunicação interpessoal, mas a pessoa cega fica privada de pistas sociais de importância. Em vez de manter o contato visual, como normalmente fazem os dotados de visão em suas conversas, o cego pode colocar seu ouvido melhor na direção do interlocutor, assim voltando-lhe o rosto para longe do interlocutor sugere desatenção e uma atitude evasiva e desconcertante para os que enxergam. A pessoa cega fica também privada das pistas socialmente comunicativas propiciadas pelas expressões faciais, gestos e movimentos da outra pessoa. Sua incapacidade de observar e usar gestos convencionais na comunicação pode resultar numa comunicação menos completa ou no uso de gestos que são percebidos pelos outros como contraditórios à mensagem verbal ou dispersivos. O cego usa as expressões faciais e os gestos com menor frequência e de maneira menos apropriada que as pessoas de visão normal e desenvolve, movimentos corporais estereotipados, por “ceguismos”, que prejudicam a eficácia comunicativa.

1.1 Alguns Problemas de Visão

1.1.1 Etiologia

Para poder compreender a cegueira e a deficiência visual é necessário conhecer as principais doenças a fim de evitá-las ou, pelo menos, tratá-las.

Muitas são as causas responsáveis pelos distúrbios visuais. As principais doenças ainda causadoras de cegueira na infância podem ser relacionadas como sendo as seguintes:

- a) Retinose Pigmentar - acomete a periferia da retina inicialmente, havendo comprometimento dos bastonetes e, conseqüentemente, levando a dificuldade de locomoção no escuro e estreitamento do campo visual.
- b) Glaucoma - se caracteriza pelo aumento da pressão no interior do olho, provocando enrijecimento e deformações no globo ocular, deficiências visuais transitórias e, em casos mais graves, a cegueira.
- c) Diabete - é um distúrbio no metabolismo pela ausência total ou parcial de insulina, que se manifesta pela elevação da taxa de açúcar no sangue e pode afetar várias partes do organismo. Os olhos podem ser atingidos de várias maneiras, todas elas podendo causar cegueira :
 - Formação de catarata
 - Hemorragia no fundo do olho
 - Deslocamento de retina

- d) **Blenorragia (Gonorréia)** – doença nos órgãos sexuais dos pais, responsáveis por inflamações nos olhos dos recém nascidos.
- e) **Tracoma (Conjuntivite Granulosa)** – é uma virose altamente contágiosa que ataca a conjuntiva e a córnea . O vírus penetra no olho e se localiza na conjuntiva. As lesões causadas pelo vírus podem afetar a córnea, e nos casos mais graves, levar à cegueira total.
- f) **Catarata** - se caracteriza pela opacidade do cristalino, impedindo a chegada de raios de luz à retina. Pode ocorrer na infância, mas é mais comum na idade avançada.
- g) **Sífilis** - causada por uma bactéria, provoca inflamações altamente perigosas que podem causar vários tipos de complicação: ósseas , aparelho cardiovascular e sistema nervoso central podendo levar à cegueira.
- h) **Doenças Contagiosas** - sarampo, varíola, tifo, escarlatina, das quais podem surgir inflamações nos olhos responsáveis pela cegueira.
- i) **Outras causas** - carência de vitamina A na alimentação, acidentes de trabalho e casamento consanguíneo.

Podemos citar ainda outros tipos de distúrbios muito frequentes como por exemplo os distúrbios causados pelos erros de refração como a hipermetropia, a miopia e o astigmatismo; os defeitos de função muscular como o estrabismo(os dois olhos não focalizam simultaneamente o mesmo objeto), a heterotropia (os olhos ficam com uma tendência a se desviarem da posição normal para fixação binocular) e o nistagmo (movimentos rápidos, convulsivos, dos globos oculares, resultando numa acentuada ineficácia visual.)

Está provado que a maioria dos casos de cegueira em nossos dias poderia ter sido evitada através de medidas preventivas .

Todo indivíduo com visão normal tenta imaginar o que significa ser cego ou ter visão reduzida. É evidente que a adaptação à perda sensorial tem implicações profundamente pessoais, sociais e educacionais. Um programa de educação especial abrangente deve envolver todas as áreas de desenvolvimento e ajustamento. (Canejo, 2000)

1.1.2 Detecção

É necessário perceber os principais sintomas que possam ser o primeiro indício de uma deficiência visual e da própria cegueira e com a avaliação desses sintomas podemos tratá-los de forma apropriada.

Os mais comuns sinais de deficiência visual são:

- 1) Irritação crônica dos olhos, indicadas por olhos lacrimejantes, pálpebras avermelhadas, inchadas ou remelosas.
- 2) Náuseas, dupla visão ou névoas durante ou após a leitura.
- 3) Esfregar os olhos, franzir ou contrair o rosto quando se olha objetos distantes.
- 4) Excessiva cautela ao andar, correr raramente e tropeçar sem razão aparente.
- 5) Desatenção anormal durante trabalhos no quadro – de – giz, mapas de paredes, etc.
- 6) Queixas de enevoamento e tentativas de afastar com as mãos os impedimentos visuais.
- 7) Inquietação, irritabilidade ou nervosismos excessivos durante um prolongado trabalho visual.

- 8) Pestanejar excessivamente, sobretudo durante a leitura.
- 9) Segurar habitualmente o livro muito perto, muito distante ou em outra posição incomum enquanto se lê.
- 10) Inclinar a cabeça para um lado durante a leitura.
- 11) Capacidade de leitura por apenas um período curto de cada vez.
- 12) Fechar ou tapar um olho durante a leitura.

(Winebrenner, 1952)

Ao observar alguns desses sintomas é necessário procurar um auxílio específico para diagnosticar corretamente e tratá-lá de forma adequada podendo até evitar a deficiência visual ou a própria cegueira.

2 – A educação dos Cegos e dos Deficientes Visuais

O deficiente visual necessita de uma boa educação geral, somada a um tipo de instrução ocupacional e o preparo para o mercado de trabalho, que esteja de acordo com seus requisitos especiais. A educação dos deficientes visuais exige a formação especial de professores, instalações e equipamentos especiais e algumas adaptações curriculares.

A partir de 1918 um teste de aproveitamento educacional foi elaborado para cegos. Desde então, muitos testes de aproveitamento têm sido adaptados para utilização com cegos. Além de proporem as tarefas em Braille, esses testes vêm com instruções preliminares mais detalhadas e duas vezes e meia a três vezes mais tempo é concedido para sua execução. Alguns testes foram adaptados para administração oral. Em decorrência dessas diferenças, as comparações diretas com as normas obtidas nos testes regulares com indivíduos dotados de visão são bastante arriscadas. Quando as crianças cegas e de visão normal são comparadas série por série, os dois grupos são aproximadamente iguais, exceto em aritmética, em que as notas das crianças cegas são geralmente mais baixas. Contudo, as crianças cegas são, em média, dois anos mais velhas que as crianças dotadas de visão na mesma série. Conseqüentemente, as comparações através da idade cronológica ou da idade mental indicam um considerável retardamento educacional (Hayes; Lowenfeld, apud Telford). A maior idade das crianças cegas parece resultar, de seu ingresso tardio na escola, de ausência da escola por causa do tratamento dos problemas visuais, da falta de instalações escolares apropriadas e de seu ritmo mais lento na obtenção de informações por meio de Braille ou da audição.

2.1 Paradigmas da Educação Especial

É necessário retomar um pouco da trajetória educacional dos deficientes, a educação do cego é marcada pelos conceitos paradigmáticos que acompanham a trajetória da educação especial.

1ª fase – corresponde ao período anterior ao século XIX e início do século XX, pode ser chamada de fase de exclusão, na qual a maioria das pessoas com deficiência eram tidas como indignas de educação escolar.

2ª fase – chamada de segregação, já no século XX, começou com o atendimento às pessoas deficientes dentro de grandes instituições que, entre outras coisas, propiciavam classes de alfabetização. A partir da década de 50 e, mais fortemente nos anos 60, com a eclosão do movimento dos pais de crianças a quem era negado ingresso a escolas comuns, surgiram as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas comuns. O sistema educacional ficou com dois subsistemas funcionando paralelamente e sem ligação uma com a outra: a educação comum e a educação especial.

3ª fase – localizada na década de 70, constitui a fase da integração. Nesta nova fase, houve uma mudança filosófica em direção à idéia de educação integrada, ou seja, escolas comuns aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelos menos, em ambientes o menos restritivo possível. Só que se considerava integrados apenas aqueles estudantes com deficiência que conseguissem adaptar – se à classe comum. A educação integradora exigia a

adaptação dos alunos ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam se adaptar ou acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de ressaltar a condição “preferencialmente na rede regular de ensino”, o que deixava em aberto a possibilidade de manter crianças e adolescentes com deficiências nas escolas especiais (ainda continua na atual LDB – 1996).

A integração de um deficiente faz parte da sua educação. Segundo Kaufman, Gottlieb, Agard e Kukik (1975) existe três elementos básicos de integração :

- . integração institucional - significa a disponibilidade de oportunidades e de condições de estímulos que o deficiente encontra no ambiente da classe regular que facilitem um processo de ensino – aprendizagem.

- . integração social - refere – se ao relacionamento entre o deficiente e os seus companheiros normais dentro do grupo.

- . integração temporal - refere –se a oportunidade que existe, para que o deficiente permaneça com seus companheiros normais, e aos resultados positivos que se espera obter através das ações institucionais e sociais.

4ª fase – a fase da inclusão que surgiu na segunda metade da década de 80. A idéia fundamental desta fase é de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condições atípicas. A inclusão se baseia em princípios tais como : a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, e a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.

Precisamos saber a diferença entre inclusão e integração. A integração prevê fases preparatória dos educandos, como nas classes especiais, antes de seu ingresso

em classes comuns, bem como o apoio pedagógico em salas de recursos para os alunos já totalmente integrados; e o processo de inclusão visa dar condições que facilitem a participação de pessoas que apresentam necessidades especiais na sociedade, com base nos princípios da normalização e da individualização.

É necessário promover a educação e formação da criança e do pré-adolescente deficiente visual, visando o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, variando em conteúdos e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

A deficiência visual afeta não somente a vida da pessoa que perdeu a visão, mas também dos membros da família, amigos, colegas, professores, empregadores e outros. Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significará o fim da vida plena e produtiva.

Em 1994, na Espanha, na cidade de Salamanca foi elaborado um documento chamado de "Declaração de Salamanca", trata-se do mais completo texto sobre inclusão na educação, em cujos parágrafos fica evidenciado que a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiência e sim a todas as pessoas, deficientes ou não, que tenham necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanente. A inclusão não admite exceções, todas as pessoas devem ser incluídas.

As limitações de qualquer incapacidade dizem respeito à medida em que a tecnologia atual tornou acessíveis aos deficientes os dispositivos e procedimentos compensatórios.

Uma das premissas mais fundamentais que se encontra subjacente às tendências atuais é a de que todo ser humano, deficiente ou não, tem direito, da maneira mais

completa aos recursos educacionais disponíveis. A sociedade, através de seu sistema educacional, tem a obrigação de conceber programas e fornecer um tratamento sob medida para atender às necessidades das crianças deficientes, e não simplesmente de situá-las segundo o grau em que se enquadram nos programas e técnicas existentes, excluindo aquelas que não se encaixam. Presume-se também que a inclusão irá promover a valorização e não a estigmatização das diferenças humanas.

Rotular e segregar os deficientes aumenta sua categorização e estigmatização. Por conseguinte, mantê-los nas salas de aula regulares aumentará a compreensão e aceitação mútuas entre o “normal”, e o deficiente. As disposições públicas e as práticas educacionais deveriam encorajar não a mera tolerância, mas sim uma valorização positiva das diferenças. Deveriam estimular o respeito pela individualidade e o reconhecimento dos diferentes talentos de pessoas que são diferentes fisicamente, mentalmente, linguisticamente e culturalmente. Os sistemas de classificação (institucionais, de turmas especiais ou de colocação em escolas especializadas) promoveram a estigmatização e discriminaram negativamente os pobres e certos grupos étnicos minoritários.

A educação especial, no contexto da integração pretendia transformar-se num conjunto de serviços que facilitam o ajustamento e monitoração dos programas educacionais, com vistas a atender às necessidades individuais, em lugar de um instrumento de triagem de crianças segundo o grau em que se enquadrem nos programas existentes, porém se apresentou em sua realização insatisfatória, originando polêmica e o surgimento da inclusão.

Os objetivos, conteúdo e matérias envolvidos na educação dos deficientes visuais não são essencialmente diferentes dos da educação normal. Eles necessitam de uma boa educação geral, somada a um tipo de instrução ocupacional que esteja

de acordo com seus requisitos especiais. A educação dos deficientes visuais, como todos os tipos de educação especial, exige a capacitação especial de professores, instalações e equipamentos especiais e algumas adaptações curriculares.

A educação inclusiva, segundo Canzian (2000), deve prever a eliminação de barreiras atitudinais, deve conhecer e responder à diversidade das necessidades e capacidades dos alunos, incluindo as diferenças em suas formas e ritmos de aprendizagem.

2.2 Necessidades Específicas

Dado que a criança cega está privada desse tipo de experiência, a adaptação necessária a sua educação requer uma mudança do sentido da visão para os sentidos auditivos, táteis e cinestésicos como vias de instrução, aprendizagem e orientação. Como foi dito anteriormente, essas necessidades têm sido atendidas ensinando-se a ler e escrever em Braille, utilizando-se muitos dispositivos auxiliares de áudio e construindo-se e utilizando modelos, assim como mapas, gráficos e desenhos geométricos em alto e baixo relevo. Em razão da importância da mobilidade independente para a criança cega, as instruções sobre orientação, e o treinamento destinados a aumentar seu controle do ambiente e de si mesma em relação a ele e aos outros, deve fazer parte dos programas de educação especial para cegos.

Aprender e desenvolver a facilidade de leitura e escrita no sistema Braille é a maior modificação curricular isolada necessária à educação dos cegos. Sistema criado em 1829, por Louis Braille, um jovem estudante cego e, posteriormente, professor da Escola para Cegos de Paris, modificou um código militar usado para

comunicação noturna, de modo a que pudesse ser empregado pelos cegos até hoje não superado.

As necessidades educacionais da pessoa cega são hoje atendidas de modo satisfatório, porém não em sua formação profissional. Na maioria dos países mais avançados do mundo atual, nenhuma criança cega de inteligência normal precisa crescer sem trabalho acadêmico, e mesmo sem algum trabalho ocupacional.

A educação das pessoas parcialmente cegas constitui um problema menor do que a dos cegos. Em sua maior parte, os parcialmente cegos são, basicamente, pessoa que vêem e podem ser educadas e preparadas para a vida educacional e social. A criança de visão precária é atualmente encorajada a usar sua vista ao máximo, aprender a ler material impresso, escrever e a utilizar tanto quanto seja possível em sua educação a visão.

As pessoas que trabalham com deficientes visuais vêm-se ocupando, cada vez mais, do uso mais eficaz de qualquer visão residual. Muitas crianças legalmente cegas têm uma visão a curta distância potencialmente útil, porém não é desenvolvida. Muitas dessa crianças podem desenvolver uma visão funcional considerável, mesmo que disponham de uma acuidade muito baixa de visão medida. Entretanto, essas crianças requerem oportunidades e programas planejados para atingir esse objetivo. Os procedimentos de ensino especificamente dirigidos para esse fim podem aumentar significativamente a eficiência visual dessas crianças parcialmente cegas (Barraga, apud, Kirk & Gallanger, 1970).

A educação de crianças parcialmente cegas precisa de adaptações curriculares e equipamentos necessários, porém, nos demais aspectos, sua educação não é exclusiva. A criança não precisa aprender a ler e escrever em Braille salvo em caso de perda progressiva de visão. É capaz de uma locomoção independente, sem

adquirir técnicas especiais. Sua orientação espacial e seus conceitos não são exclusivos.

É necessário compreender que para educação de um deficiente visual necessita-se de estudos capazes de otimizar seu desenvolvimento pessoal e social e facilitar o aprendizado para uma formação profissional, o requer de recursos específicos.

2.2.1 Recursos Didáticos

Lowenfeld (apud Telford & Sawrey, 1988) estabeleceu alguns princípios gerais, também importantes, mas não tão evidentes para se adaptar o ensino às necessidades educacionais das crianças deficientes visuais :

. solidez - o conhecimento da criança educacionalmente cega é obtido principalmente através da audição e do tato, mas se quisermos que a criança realmente compreenda o mundo ao seu redor, devemos apresentar – lhe objetos concretos que possam ser tocados e manipulados.

. unificar experiências – a experiência visual tende a unificar o conhecimento em sua totalidade. É necessário que o professor ponha “todos” em perspectiva através da experiência concreta e real.

. aprender fazendo – para que a criança cega compreenda o ambiente é necessário iniciá-la na autoatividade. As capacidades de ouvir, relacionar e lembrar da criança deficiente visual precisam ser desenvolvidas ao máximo. Ela precisa aprender a ser eficiente e utilizar o tempo.

Segundo Telford (1988), 85% das experiências educacionais são visuais. A criança cega está privada deste tipo de experiência, a adaptação necessária a sua educação requer uma mudança do sentido da visão para os sentidos auditivos, táteis e cinestésicos como vias de instrução, aprendizagem e orientação. Essas necessidades têm sido atendidas ensinando-se a ler e escrever em Braille, utilizando –se muitos dispositivos auxiliares de audio e construindo e utilizando modelos, assim como mapas, gráficos e desenhos geométricos em alto e baixo relevo. Em razão da importância da mobilidade independente para a criança cega, as instruções sobre orientação, tratamento e experiências destinadas a aumentar seu controle do ambiente e de si mesma em relação a ele tornando –se parte dos programas de educação especial para cegos.

Talvez em nenhuma outra forma de educação, os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes visuais, levando –se em conta que :

- um dos problemas básicos do deficiente visual, em especial o cego, é a dificuldade de contato com o ambiente físico;
- a carência de material adequado pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente visual a um mero verbalismo, desvinculado da realidade;
- a formação de conceitos depende do íntimo contato da criança com as coisas do mundo;
- tal como a criança de visão normal, a deficiente visual necessita de motivação para a aprendizagem;
- alguns recursos podem suprir lacunas na aquisição de informações pela criança deficiente visual;

- o manuseio de diferentes materiais possibilita o treinamento da percepção tátil, facilitando a discriminação de detalhes e suscitando a realidade de movimentos delicados com os dedos.

Os recursos didáticos são todos os recursos materiais, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem. De um modo genérico, os recursos didáticos podem ser classificados como:

Pedagógicos: quadro, flanelógrafo, cartaz, gravura, álbum seriado, slide, maquete.

Naturais: elementos de existência real na natureza, como água, pedra, animais.

Tecnológicos: rádio, toca-discos, gravador, televisão, vídeo cassete, computador, ensino programado, laboratório de línguas.

Culturais: biblioteca pública, museu, exposições.

O bom aproveitamento dos recursos didáticos está condicionado aos seguintes fatores:

- capacidade do aluno;
- técnicas de emprego;
- experiência do educando;
- oportunidade de ser apresentado;
- uso limitado, para não resultar em seu desinteresse.

O envolvimento dos pais na educação da criança é mais profundo na fase da pré – escola. Os pais de crianças com deficiência visual precisam de muita ajuda durante esse período. Os maiores educadores são seus pais e os professores são os apoiadores

A educação inclusiva depende não só da capacidade do sistema escolar (diretor, professores, pais e outros) em buscar soluções para o desafio da presença de alunos tão diferentes nas classes, como também do desejo de fazer de tudo para que nenhum aluno seja novamente excluído com base em alguma necessidade educacional muito especial.

3- O Mundo Trabalho

A sociedade é preconceituosa , pois acredita que é conveniente manter indivíduos diferentes “protegidos” e segregados dentro de cada comunidade . As atitudes da comunidade devem mudar. Apesar de haver uma compreensão maior e melhor da pessoa deficiente, ainda persistem muitos preconceitos com relação à cegueira, dificultando a integração da pessoa cega ao seu meio. Portanto, cabe aos pais e aos professores um esforço constante para mais do que preparar o deficiente, fazer um intercâmbio social, a fim de que ele seja aceito no mercado de trabalho e possa também ter um convívio social comum.

Muitas pessoas cegas são incapazes de conseguir empregos adequados à suas aptidões. Estima-se que menos da metade dos indivíduos cegos capazes de trabalhar em ocupações gerais o estejam fazendo e que apenas cerca de 20% dos que poderiam funcionar adequadamente em oficinas ocupacionais.

É necessário uma boa educação e uma especialização adequada na área que se deseja atuar, para que se consiga entrar no mercado de trabalho.

O treinamento ocupacional especializado, o ensino de técnicas e conhecimentos específicos necessários ao emprego em ofícios ou profissões regulares, raramente é fornecido pelos os órgãos destinados aos cegos. Somente em algumas poucas áreas limitadas tais como: o trabalho com outros cegos, na operação de postos de serviços e no ensino de técnicas especiais como empalhamento de cadeira, a confecção de vassouras e a tecelagem que as

agências para cegos criaram programas de treinamento ocupacional. Na maioria das vezes, as pessoas cegas têm que obter seu treino ocupacional com os que vêm. Nenhuma técnica especial para a colocação de trabalhadores ou profissionais foi desenvolvida. O único problema especial envolvido na colocação ocupacional está em lidar com os preconceitos poucos realistas dos empregadores e com as qualificações físicas injustificadas que podem impedir a contratação de cegos. Há relativamente poucas ocupações e profissões nas quais os cegos não sejam empregados com êxito.

Para impedir que os trabalhadores cegos se isolem do grupo geral de trabalhadores, muitos agentes de emprego preferem não colocar vários trabalhadores cegos num mesmo departamento.

É preciso apagar da nossa memória aquele personagem de pequenos óculos escuros de braço estirado pedindo dinheiro, hoje em dia esse personagem da lugar a um profissional esforçado e capaz de desempenhar qualquer função que lhe for atribuída.

Na década de 70, as funções atribuídas à cegos eram específicas ao tato, como: selecionar parafusos ou fazer tapetes. Mais tarde um grupo de cegos se uniu para fundar o IBIS (Instituto Brasileiro de Incentivos Sociais), uma entidade sem fins lucrativos para a formação de mão-de-obra especializada.

O surgimento do microcomputador como ferramenta mais avançada, solicita um profissional mais atualizado. O desafio aceito e a introdução ao aprendizado da informática é o primeiro curso do IBIS (Instituto Brasileiro de Incentivos Sociais, São Paulo). Hoje o IBIS se tornou uma ONG com sede própria no bairro da Luz e os cursos na área de processamento de dados continuam sendo muito procurados.

Gastam-se muitas horas do dia exercendo uma profissão. Para a maioria da população, é necessário trabalhar para ganhar a vida, e poder suprir as necessidades vitais e sociais, e alcançar as recompensas em dinheiro ou de outra forma pelos produtos que fazem ou pelos serviços que prestam.

Nem sempre as pessoas são pagas pelo trabalho que fazem, embora possam contribuir de maneira útil para a comunidade da qual fazem parte. Assim, são motivadas pelo desejo de representar um papel comunitário, em vez de praticar um passatempo, só pela diversão.

Trabalhar também pode ser uma forma de desenvolver a capacidade de alguém e de influenciar sua auto-estima de maneira positiva. Isso acontece, principalmente quando o trabalho está, sobretudo, ligado às qualidades pessoais e as áreas de interesse.

Segundo Liesbeth Schrijnemakers (apud Lopes 2000), em situações normais as crianças são preparadas gradativamente para um futuro emprego. Isto não ocorre com crianças com deficiência visual, devido a certos fatores como:

- um mundo pequeno - tanto literal como figurativamente falando, em razão de sua deficiência visual.
- a motivação para trabalhar - as pessoas ficam motivadas quando podem fazer alguma coisa que lhes dê satisfação. Essa motivação virá ao se ver que tal coisa funciona, que se alcançou algo.
- o impacto da deficiência visual - quem não vê precisa de um bom intelecto para construir mentalmente a realidade, enquanto ouve e sente o que outros podem ver num relance.
- a atividade de pais e supervisores - é difícil para pais e supervisores encontrarem o equilíbrio certo entre tomar decisões pela criança ou deixa-lhe

espaço para explorar. Quando se percebe que uma criança tem problemas para fazer algo, fica-se inclinado a ajudá-la.

- As expectativas de pais e supervisores - normalmente, as crianças são educadas na perspectiva e expectativa de que construirão uma vida independente. Um emprego é parte dessa vida. Talvez, a princípio, as muitas limitações fazem do trabalho uma perspectiva pouco realista para o futuro. Mas, recentemente, houve uma mudança de visão, resultando daí que, cada vez mais, a capacidade de crianças deficientes é tomada como um ponto de partida.

A preparação de crianças com deficiência visual para um emprego futuro não acontece de modo natural, é necessário vencer muito obstáculos.

A presente política tem como objetivo dar às pessoas deficientes uma vida normal como a de todos, na qual suas capacidades podem ser usadas de modo otimizado e suas limitações compensadas da melhor forma possível. Para promover a integração e a participação, crianças com deficiência têm que ser preparadas para a vida. Elas têm de se familiarizar com seu futuro trabalho e equipar-se para alcançar isso, usa-se um “currículo funcional”. Este é um programa educacional a longo prazo, bem planejado, que desenvolverá habilidades necessárias para viver adequadamente como adultos. Essas habilidades terão que ser adaptadas e pertinentes aos ambientes social, vocacional e econômico nas quais vivem.

A criança com deficiência não entra em contato com todos os tipos de trabalho, é difícil para elas imaginarem o tipo de trabalho que querem fazer. Além disso, nem sempre percebem que há, também para elas, perspectiva de trabalho.

Para discernir entre tais perspectivas, é necessário ter experiências reais. É necessário que as crianças possam experimentar a aplicação do conhecimento na vida diária. Assim, o conhecimento torna-se significativo e melhor memorizado. Ao mesmo tempo, a criança pode descobrir se as atividades realmente correspondem as suas próprias expectativas.

O treino prático também é uma boa maneira de desenvolver uma atividade profissional. Por exemplo, aprender a lidar com responsabilidades, cumprir o horário, usar roupas condizentes e manter compromissos.

3.1 O Mercado

Considerando o lento processo de aprendizagem de crianças com deficiência visual, é essencial que se comece a preparar seu futuro bem cedo, muito antes que comecem, na verdade, a trabalhar. É necessário que as crianças se familiarizem com as expectativas de trabalho, tomando como ponto de partida seu mundo e modo de pensamento. As habilidades das quais possam a vir precisar em seu futuro emprego, devem ser aprendidas, para isso é preciso ter atenção especial a maneira individual de aprendizagem.

A dificuldade de colocação profissional, que hoje é enfrentada por uma parcela significativa de brasileiros, com relação ao deficiente visual é agravada pela infundada crença da maioria dos empregadores ao considerarem que a deficiência afeta todas as funções do indivíduo. Além disso, desconhecendo as diversas atividades possíveis de serem realizadas pelo deficiente, receiam dificuldade de integração com o grupo de trabalho,

temem a ocorrência de acidentes e preocupam-se com o custo de adaptações e aquisição de equipamentos especiais.

Outro fator importante, é a falta de qualificação profissional de considerável número de deficientes visuais, ocasionada pela ausência de ações voltadas para a preparação profissional dos deficientes, e pela dificuldade de acesso dos mesmos aos cursos existentes.

É necessário alguns recursos ópticos, técnicos e complementares para um bom desempenho do deficiente visual no trabalho.

Os recursos ópticos podem ser divididos em telessistemas aqueles que magnificam a imagem de longe e diminuem o campo visual; lentes esféricas que diminuem as aberrações das lentes de graus mais elevados, utilizados na visão de perto e de longe; as lupas manuais e régua plano-convexas compostas por lentes convergentes de diversos formatos e capacidade de aumento; lupas de mesa com iluminação trata-se de lentes convexas montadas num suporte que fixa a distância entre a lente, a folha ou o objeto a ser visualizado, e o sistema fechado de televisão que aumenta os ortótipos de leitura e escrita até 60 vezes, podendo variar o contraste.

Podemos citar alguns recursos técnicos como o sistema sonoro de comunicação com o microcomputador chamado de DOSVOX que é um sistema destinado a auxiliar o deficiente visual no uso de microcomputador da linha pc, através de sintetizador de voz; a impressora Braille que imprime textos em braille, o scanner que decodifica impressos em escrita comum, permitindo ao deficiente ler textos que tenham sido digitalizados para o disquete; o Braille n'speak que é um aparelho portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e cronômetro; a calculadora sonora que anuncia os números, as funções e os resultados das operações efetuadas; a

estante para leitura que permite ajustar a distância e o ângulo adequado para a leitura e por fim a caneta óptica que contém um circuito que transforma a luminosidade em som emitido por pequeno auto-falante. Alguns recursos complementares também podem ser usados como a reglete, punção, máquina Perkins, régua e metros adaptados e sorobã.

O portador de deficiência é uma pessoa como as demais, com preferências, habilidades, aptidões, dificuldades, interesses e capacidade produtiva. Necessita apenas de oportunidade para desenvolver suas potencialidades.

No campo da atividade profissional no Brasil, seja na área comercial, industrial ou rural, existem profissões compatíveis com o desempenho do deficiente visual, nos diversos níveis de formação. Tais profissões podem ser exercidas pelo deficiente na qualidade de empregado, profissional autônomo ou como empresário. É necessário saber que cada profissão exige seus pré-requisitos e a sua condição visual. Podemos citar exemplos de algumas profissões:

PROFISSÃO	PRÉ-REQUISITOS	CONDIÇÃO VISUAL	SÍNTESE DAS ATIVIDADES
PADEIRO	Primeiro grau incompleto; curso de padeiro	visão subnormal	seleciona material p/ fabricação, prepara massas, informa e desinforma
ADVOGADO	curso superior completo; cursos específicos de acordo com a área de atuação	cego e visão subnormal	emite pareceres sobre aspectos jurídicos ; exerce advocacia preventiva e corretiva ; realiza estudos

			especializados sobre temas e problemas jurídicos relevantes
AJUNDANTE DE CAMINHÃO	primeiro grau incompleto	visão subnormal	carrega, transporta e descarrega materias diversificados
AJUDANTE DE COZINHA	primeiro grau incompleto; curso de auxiliar de cozinha	cego e visão subnormal	auxilia os cozinheiros no preparo de refeições, executa serviços gerais de limpeza; pode auxiliar no descarregamento dos gêneros alimentícios
ANALISTA FINANCEIRO	curso superior; cursos específicos de acordo com a área de atuação; usuário de computador	visão subnormal	planeja, coordena, acompanha, analisa e efetua estudos e previsões de natureza financeira; desenvolve programas de assessoria financeira para a administração
ASCENSORISTA	primeiro grau incompleto; curso de ascensorista; habilidade para lidar com o público	cego e visão subnormal	opera o elevador no transporte de pessoas e cargas; indica quando consultado a localização de setores e setores de empresa
BIBLIOTECÁRIO	curso superior completo; cursos específicos de acordo	visão subnormal	planeja, programa e / ou organiza trabalhos de biblioteconomia

	com a área de atuação; capacidade de organização; usuário de microcomputador		(registro, classificação e catalogação); seleciona livros e publicações
FISIOTERAPEUTA	curso superior completo; cursos específicos de acordo com a área de atuação	cego e visão subnormal	executa métodos e técnicas fisiterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente
PROFESSOR	curso superior completo (atuação a partir da 5º série); cursos normal (atuação até 4º série); cursos específicos de acordo com a área de atuação; usuário de microcomputador	cego ou visão subnormal	planeja, coordena, executa e avalia atividades relacionadas ao processo ensino- aprendizagem, visando à formação integral do educando

(LOPES, MONTEIRO & GALHEIRA Waldemar, 2000)

Podemos citar ainda outras áreas de atividades e suas respectivas funções:

- RURAL - apicultor, caprinocultor, floricultor, granjeiro, horticultor, hortigranjeiro, minhocultor, ovinocultor, ranicultor, suinocultor, truticultor e vinicultor

- ARTESANAL - produção e confecção de: perfumes, produtos de higiene e limpeza, botões forrados, plantas e flores desidratadas, papel,

tricô, tapetes, sachê, bonecas e bichos de lã e tecido, bijuterias e caixas decorativas.

- PRODUTOS CASEIROS - produção de: bombons, doces, balas, compotas, geléias, salgadinhos, sanduíches, tortas, biscoitos, massas, pães, refeições, sorvetes, queijos e licores.
- INDUSTRIAL - produção de: sacolas, chinelos personalizados, fraldas e absorventes descartáveis, quentinhas, velas e tijolos.
- COMERCIAL - representante de vendas, vendedor ambulante, chaveiro, sapateiro.

É necessário compreender que o deficiente visual pode exercer qualquer profissão de acordo com suas habilidade e capacidade visual e o que é necessário é o estudo, a preparação e a orientação adequada para determinada profissão.

Considerando o lento processo de aprendizagem de crianças cegas ou deficientes visuais, é essencial começar a preparar seus futuros empregos bem cedo, muito antes de iniciar a trabalhar.

Uma perspectiva para o futuro terá que ser formulada, levando-se em conta o papel que a criança pode e deseja ter na comunidade da qual faz parte. Há que se dar espaço às crianças para que se familiarizem com as expectativas de trabalho, tomando-se como ponto de partida seu mundo e modo de pensamento. As habilidades das quais possam vir a precisar em seu emprego futuro, devem ser aprendidas; para isso, é preciso dar-se atenção especial a sua maneira individual de aprendizagem.

4 – CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho observa –se que não é nada simples a questão da inserção do deficiente visual na sociedade como um todo, assim como, no mercado de trabalho. Tal tarefa exige dedicação do próprio, superando seus limites, participação da família, quebra de preconceitos e barreiras.

A educação para o deficiente visual deve ser a soma dos métodos utilizados para o cidadão sem qualquer deficiência com o resultado de experiências voltadas para a pessoa com deficiência. O bom resultado caracteriza-se por professores preparados, equipamentos e ferramentas bem direcionadas, espaços físicos bem organizado, recursos didáticos que facilitem o aprendizado e diminuam assim as diferenças impostas por sua deficiência e pela sociedade. Uma pequena olhada para o passado nos mostra uma grande evolução nesse sentido, desde antes do século XX quando os deficientes eram excluídos, passando pela segregação, integração até a atual inclusão numa evolução de maneira considerável e, assim, devemos continuar, tentando minimizar os limites impostos pela deficiência.

As pessoas envolvidas com o deficiente, pais, professores, tem mais que uma mera tarefa de apoiar no cotidiano, tem sim a função social de quebrar barreiras, derrubar preconceitos e provar que o deficiente pode certamente atuar com plena competência no mercado de trabalho.

Em suma, percebe-se que, na realidade, a diferença entre o deficiente e qualquer indivíduo encontra-se na esfera do respeito ao limite que todos absolutamente possuem, e, no respeito, as aptidões de cada um e no preparo que todos devem ter. A educação é um direito básico, primário,

constitucional, de suma importância, por isso, custe o que custar todos tem direito a educação. Nada muda a afirmação incontestável feita anteriormente, muda sim, a postura da sociedade que de maneira ignorante e preconceituosa segrega e discrimina os deficientes. Faz-se mister uma evolução social, educacional, que diminua a lacuna, o abismo que existe entre o deficiente e a sociedade. Tal distância diminuirá, na medida que nós educadores preparados e cientes da realidade do deficiente, investirmos de forma contundente na unificação definitiva das “tribos” sociais, ou seja, deficientes ou não.

Educar de maneira séria e justa, ensinando o fundamental em acréscimo ao específico, preparando cada cidadão para seu lugar dentro do mercado de trabalho. Poderíamos aqui prolongar e discutir aspectos sócio-econômicos que nos mostrariam a dificuldade do cidadão comum em ingressar o mercado de trabalho e correlacionar com grau de dificuldade do cego, porém deixamos para completar com reflexões e estudos posteriores.

“Educar é permitir viver, é indicar caminhos, é escolher que vida levar...é mais...é ter plenitude, ter cidadania, ter dignidade e todos merecem.”(Frederico Carvalho, 2001)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANEJO, Elizabeth. Deficiência Visual. Rio de Janeiro. 2000
- CERQUEIRA, Jonir & FERREIRA, Elise. Recursos didáticos na educação especial. In: Revista Benjamin Constant nº 15. Rio de Janeiro, MEC – Instituto Benjamin Constant, 2000.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 1988.
- KIRK, S. & GALLAGHER, J. J. Educação da Criança Excepcional. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1979.
- LOPES Marcia, MARTINS Carmen, MONTEIRO Margarida & GALHEIRA Waldemar. Estudo profissiográfico: o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. In: Revista Benjamin Constant nº 15. Rio de Janeiro, MEC – Instituto Benjamin Constant, 2000.
- MENEZES Enoy. As Múltiplas possibilidades de Ver. In: Gente Especial nº 1. Rio de Janeiro. 1998.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SCHRIJNEMAKERS Liesbeth. Condições de trabalho para pessoas com dupla deficiência: visual e intelectual. In: Revista Benjamin Constant nº 12. Rio de Janeiro, MEC – Instituto Benjamin Constant, 1999.

SOMBRA, Luzimar Alvino. Educação e Integração Profissional de Pessoas Excepcionais – Análise da Legislação. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado da UFRJ, 1983.

TELFORD, Charles W. & SAWREY, James M. O Indivíduo Excepcional Rio de Janeiro, Zahar, 1988.